



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 567846 - SP (2020/0072525-9)

**RELATOR** : MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : MÁRIO LÚCIO PEREIRA MACHADO - SP231045  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FABIANO OLIVEIRA FREITAS (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### EMENTA

*HABEAS CORPUS*. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME CASSADA POR AUSÊNCIA DE MÉRITO SUBJETIVO. EXAME CRIMINOLÓGICO. DETERMINAÇÃO DE REALIZAÇÃO. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

Ordem concedida liminarmente nos termos do dispositivo.

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Fabiano Oliveira Freitas**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo.

O Juízo de Direito Vara de Execuções Criminais da comarca de Santos concedeu ao paciente progressão para o regime aberto, convertendo o benefício em Prisão domiciliar (PEC n. 0004095-68.2018.8.26.0996).

Ajuizado agravo em execução pelo Ministério Público, a Oitava Câmara Criminal, dando provimento ao recurso, cassou a decisão de primeiro grau, determinando a realização de exame criminológico e retorno do paciente ao regime anterior (Processo n 0004663-42.2019.8.26.0158).

Daí a presente impetração, em que se alega a ausência de fundamentação apta a determinar a regressão de regime e realização de exame criminológico, já que a Corte estadual não se valeu de argumentos que aguardassem relação com as circunstâncias concretas da execução.

Requer-se, em caráter liminar, a dispensa do exame criminológico ou psicológico, com o retorno imediato do paciente ao regime aberto. No mérito, busca-se a concessão da ordem para que seja cassado o acórdão proferido pelo Tribunal *a quo*, com o restabelecimento da decisão de primeiro grau.

É o relatório.

No caso, está presente a ocorrência de constrangimento ilegal.

Se o Magistrado deferiu a progressão porque considerou preenchidos os requisitos legais, analisando, inclusive, o mérito do apenado, não pode a Corte local cassar o sistema intermediário sem concreta fundamentação, com base apenas na gravidade abstrata do crime e no longo tempo de pena a cumprir.

Ora, a realização de exame criminológico não é mais obrigatória para a progressão de regime, no entanto, pode ser requerida, desde que haja fundamentação idônea (conforme dispõem a Súmula Vinculante 26/STF e a Súmula 439/STJ), o que, na espécie, ao que parece, não ocorreu. Eis o que consta do acórdão (fls. 33/34):

[...]

A gravidade concreta dos delitos cometidos (roubos majorados), praticados com o emprego de violência e/ou grave ameaça à pessoa, por si só, recomendam a realização de exame criminológico para aferição do requisito subjetivo no caso em testilha.

Não se olvida, por óbvio, que o reeducando registra 'bom' comportamento carcerário, consoante atestado pela Autoridade administrativa competente (fls. 127 dos autos da execução), e muito menos das demais circunstâncias favoráveis apontadas no r. decisum recorrido. Entretanto, cabe salientar que apenas o **'bom' comportamento carcerário não é suficiente para aferição do requisito subjetivo**, o qual deve seja analisado à luz do princípio da individualização da pena, ou seja, **com base em todos os elementos indicativos da personalidade do executado**, e, em especial, aqueles que evidenciam o grau de ressocialização do reeducando e sua efetiva condição de retornar ao pleno convívio em sociedade.

Neste ponto, por se tratar de benefício tão amplo como é o regime aberto, é necessária a verificação de efetiva demonstração da evolução do processo de ressocialização do reeducando, o que, a meu ver, não está cabalmente demonstrado.

Registro, ainda, que o sentenciado possui longa pena a cumprir, com TCP previsto para aproximadamente 10/5/2025.

Desta forma, a gravidade concreta dos delitos cometidos, a longa pena a ser cumprida e a ausência de elementos concretos da evolução do processo de ressocialização do reeducando, de fato, recomendam a realização de exame criminológico para aferição do mérito para a progressão ao regime mais brando.

[...]

*Há muito, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que a gravidade do crime ou a longa pena a cumprir não constituem fundamentos idôneos para indeferir o pedido de progressão de regime, especialmente quando dissociados de elementos concretos, ocorridos no curso da execução penal (HC n. 248.488/SP, Ministra Assusete Magalhães, Sexta Turma, DJe 30/10/2012).*

Em face do exposto, **concedo liminarmente** a ordem para restabelecer a decisão do Juízo das Execuções que concedeu progressão de regime ao paciente (PEC n. 0004095-68.2018.8.26.0996 - Vara de Execuções Criminais da comarca de Santos - DEECRIM 7ª RAJ).

Intime-se o Ministério Público estadual.

Publique-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator